

Câmara Municipal de Paços de Ferreira



Relatório de Gestão
2008

Exercício 2008

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	ESTRUTURA ORGÂNICA.....	3
2.1	Composição da Câmara Municipal.....	4
2.2	Serviços Municipais	6
3	RECURSOS HUMANOS	9
3.1	Os Recursos Humanos.....	10
3.2	Estrutura de Antiguidade	11
3.3	Estrutura etária por Sexo.....	12
3.4	Estrutura Habilacional	13
3.5	Distribuição de efectivos por grupos de pessoal.....	14
3.6	Formação Profissional na CMPF.....	14
4	SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	16
4.1	Situação Económica	17
4.1.1	Análise dos Custos	20
4.1.2	Análise dos Proveitos	21
4.1.3	Análise dos Resultados	22
4.2	Situação Financeira	23
4.2.1	Análise Comparativa da Receita e da Despesa.....	23
4.2.1.1	Receita.....	23
4.2.1.2	Despesa.....	25
4.2.2	Análise da Execução Orçamental.....	26

4.2.2.1	Receita.....	26
4.2.2.1.1	Receitas Correntes.....	26
4.2.2.1.2	Receitas de Capital	28
4.2.2.1.3	Evolução da Receita Total	29
4.2.2.2	Despesa.....	31
4.2.2.2.1	Despesas Correntes.....	31
4.2.2.2.2	Despesas de Capital	35
4.2.2.2.3	Evolução da Despesa Total	36
4.2.2.2.4	Investimento.....	38
4.2.2.3	Endividamento	39
4.2.2.3.1	Capacidade de Endividamento por empréstimos a médio e longo prazo	39
4.2.2.3.2	Evolução das Dívidas	41
4.3	Indicadores de Gestão.....	43
5	PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE RESULTADOS	44
6	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO	46
7	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	49

1.

INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, respeitante ao exercício económico de 2008, analisa resumidamente os documentos de prestação de contas do exercício, destacando o que de mais relevante se passou, sem prejuízo de uma análise complementar mais profunda, por parte da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas contratada pelo Município para efectuar a Auditoria às suas contas, cumprindo assim o disposto na Lei das Finanças Locais.

De salientar que por motivos de diversa ordem, nomeadamente pelo impasse na contratação da Sociedade de Revisores, as contas do exercício de 2007, serão auditadas em simultâneo com as de 2008.

2.

ESTRUTURA ORGÂNICA

2 ESTRUTURA ORGÂNICA

2.1 Composição da Câmara Municipal

O Órgão Executivo que geriu os destinos do Concelho de Paços de Ferreira no ano de 2008, é o mesmo do ano anterior, que resultou do acto eleitoral realizado a nove de Outubro de 2005, cujo elenco e respectivas funções tiveram a seguinte configuração:

PRESIDENTE

PEDRO OLIVEIRA PINTO

- ↳ Coordenação Geral de todas as actividades;
- ↳ Gestão Financeira;
- ↳ Modernização Administrativa e Sistema de Informação Geográfica (SIG);
- ↳ Fiscalização, Polícia Municipal e Contencioso;
- ↳ Urbanismo e Obras particulares;
- ↳ Coordenação da concessão de águas e saneamento;
- ↳ Protecção Civil e Preservação da Floresta;
- ↳ Coordenação e articulação com Presidentes de Junta;
- ↳ Relações Internacionais.

VICE - PRESIDENTE

DR. MANUEL EUGÉNIO PINHEIRO MARTINS COELHO

- ↳ Planeamento e desenvolvimento Urbanístico;
- ↳ Obras Municipais;
- ↳ Iluminação Pública, Controlo e Fiscalização do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia em Baixa Tensão e articulação com a EDP;
- ↳ Trânsito e Transportes;
- ↳ Cemitérios.

VEREADORES

DR. ANTÓNIO MANUEL MOREIRA COELHO

- ↳ Habitação Social e Cooperativa;
- ↳ Desporto, Recreio e Lazer;
- ↳ Acção Social;
- ↳ Associativismo;
- ↳ Cultura e Património Cultural.

DR. JOAQUIM AGOSTINHO MOREIRA DA SILVA PINTO

- ↳ Desenvolvimento Económico;
- ↳ Juventude;
- ↳ Ambiente e Qualidade de Vida;
- ↳ Saúde;
- ↳ Turismo;
- ↳ Protecção Civil e Protecção da Floresta (em colaboração com o Presidente)
- ↳ Toponímia e Numeração de Polícia;
- ↳ Mercados e Feiras.

DRA. MARIA ALICE GUIMARÃES DA COSTA RODRIGUES FERREIRA

- ↳ Educação e formação.

DR. PAULO JORGE RODRIGUES FERREIRA

Sem pelouros atribuídos.

DR. ADELINO RICARDO MARTINS PEREIRA

Sem pelouros atribuídos.

2.2 Serviços Municipais

Estrutura dos serviços municipais (até ao nível de Secção), reportada a 31/12/2008

Gabinete de Apoio à Presidência

Dra. Olga Maria Rocha Leite Silva – *Adjunto da Presidência*

Dra. Albertina Maria Cerqueira Marinho – *Secretária da Presidência*

Gabinete de Informação e Relações Públicas

Serviço Municipal de Protecção Civil

Serviço de Veterinária e Sanidade Pecuária

Fiscalização

Polícia Municipal

Gabinete do Município

Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Gabinete de Auditoria, Avaliação e Qualidade

Departamento Administrativo Jurídico Financeiro

O Departamento Administrativo Jurídico Financeiro, dirigido por um Director de Departamento, directamente dependente do Presidente da Câmara, tem por atribuição o apoio técnico administrativo e jurídico às actividades desenvolvidas pelos restantes órgãos e serviços do Município e é composto pela Divisão de Gestão Administrativa, Divisão de Gestão Financeira e Informática e Divisão de Contencioso e Execuções Fiscais.

Director Departamento – Dr. José Manuel Ribeiro Leão.

Chefe de Divisão de Contencioso e Assessoria Jurídica – Dr. António Daniel Pinto Cerqueira.

Chefe de Divisão de Gestão Administrativa – Eng. António Alberto Martins Carneiro Brito, desde 29 de Abril de 2008.

Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Informática – Dr. Manuel António Lobo Pacheco, desde 13 de Março de 2008.

Chefe de Repartição de Taxas e Licenças – Não preenchido.

Chefe de Repartição de Recursos Humanos – Dr. José António da Silva Cruz.

Chefe de Repartição de Expediente dos Serviços Operativos – Não preenchido.

Chefe de Repartição de Finanças – Joaquim Martins Carneiro Leão.

Departamento de Obras Municipais de Infra-estruturas e Ambiente

O Departamento de Obras Municipais, Infra-estruturas e Ambiente, dirigido por um Director de Departamento, directamente dependente do Presidente da Câmara, tem por atribuição assegurar a coordenação das Divisões que compõem o Departamento bem como a programação e a execução das actividades operativas de obras municipais, infra-estruturas e ambiente, necessárias ao cumprimento de objectivos de planeamento definidos em orçamento e nas grandes opções do plano.

- ✓ Divisão de Obras Municipais;
- ✓ Divisão de Águas e Saneamento;
- ✓ Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente.

Director de Departamento – Eng.º Fernando Jorge Vilaça da Silva Baptista.

Chefe de Divisão de Obras Municipais – Eng.º Manuel Gomes de Abreu.

Chefe de Divisão de Águas e Saneamento – Eng.º Fernando Manuel António

Chefe de Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente – Não preenchido

Departamento de Obras Particulares e Urbanismo

O Departamento de Obras Particulares e Urbanismo, dirigido por um Director de Departamento directamente dependente do Presidente da Câmara, tem por atribuição assegurar a coordenação das Divisões que compõem o Departamento, bem como

articular e implementar os planos municipais de ordenamento do território e o sistema de informação e controle dos processos urbanísticos.

- ✓ Divisão de Obras Particulares;
- ✓ Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística.

O cargo de Director do Departamento de Obras Particulares e Urbanismo não está preenchido, estando estas atribuições distribuídas pelas duas divisões do departamento.

Director de Departamento – Não preenchido

Chefe de Divisão de Obras Particulares – Arq. Luciano Augusto Cabral Martins Lima

Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística – Arq. José Paulo Teixeira Goulart de Bettencourt

Divisão de Educação, Cultura, Desporto e Acção Social

Esta divisão está na dependência directa dos Senhores Vereadores Dr. António Coelho e Dra. Alice Costa.

Esta divisão tem um núcleo de apoio administrativo cujas atribuições são:

- ✓ Dactilografar o expediente dos processos respeitantes à divisão;
- ✓ Informar os processos burocráticos a cargo da divisão;
- ✓ Efectuar os demais procedimentos administrativos que lhe sejam determinados.

Chefe de Divisão de Cultura, Desporto e Acção Social – Dra. Fernanda Maria Taipa Bessa Mendes, desde 6 de Março de 2008.

3.

RECURSOS HUMANOS

3 OS RECURSOS HUMANOS

3.1 Os Recursos Humanos

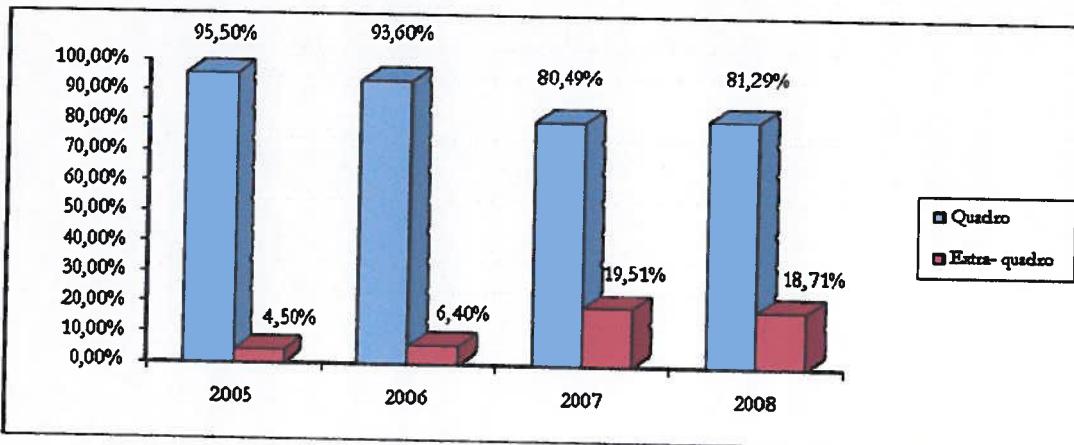
Apresentam-se a seguir um conjunto de indicadores e quadros que, de forma objectiva, permitem conhecer e avaliar a situação dos recursos humanos do Município de Paços de Ferreira.

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira possui um quadro de pessoal com 278 lugares providos.

No quadro seguinte podemos verificar o número de pessoas afectas a esta Câmara Municipal, pertencentes ao quadro privativo e pessoal extra-quadro, com a evolução patenteada ao longo dos últimos quatro anos.

Ano	Quadro	%	Extra Quadro ¹	%	Total
2005	297	95,5%	14	4,5%	311
2006	293	93,6%	20	6,4%	313
2007	293	80,49%	71	19,51%	364
2008	278	81,29%	64	18,71%	342

À data de 31 de Dezembro de 2008 a Câmara Municipal de Paços de Ferreira contava com 342 profissionais entre pessoal com e sem vínculo, pertencendo 278 ao quadro, havendo uma redução de 15 colaboradores com vínculo e 7 sem vínculo.

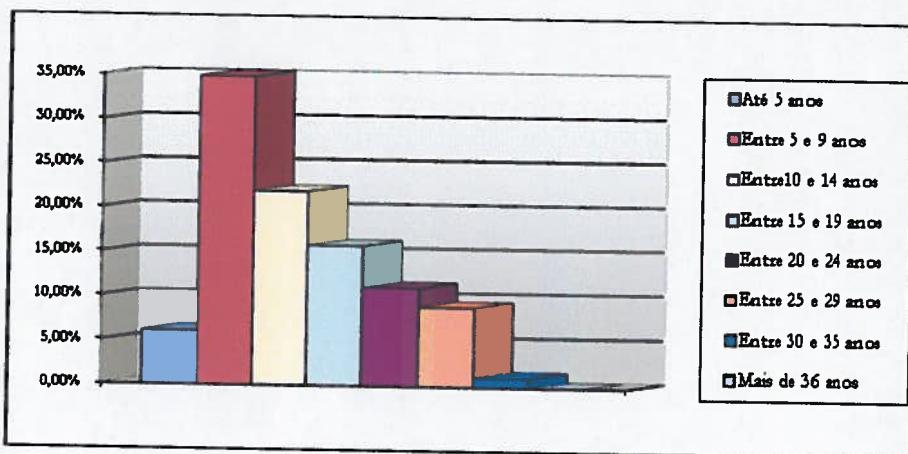


¹ Contrato de trabalho a termo certo (Professores das Actividades Extra Curriculares.)

3.2 Estrutura de Antiguidade

O quadro seguinte apresenta-nos a evolução da antiguidade, ao longo dos últimos quatro anos.

Tempo de serviço	2008	%
Até 5 anos	17	6,12%
Entre 5 e 9 anos	97	34,90%
Entre 10 e 14 anos	61	21,94%
Entre 15 e 19 anos	44	15,83%
Entre 20 e 24 anos	31	11,15%
Entre 25 e 29 anos	25	8,99%
Entre 30 a 35 anos	3	1,07%
Mais de 36 anos	0	0
TOTAIS	278	100%



Com base na análise deste quadro, conclui-se que o efectivo distribui-se predominantemente, relativamente à antiguidade, nos escalões compreendidos entre os 5 e os 14 anos de serviço.

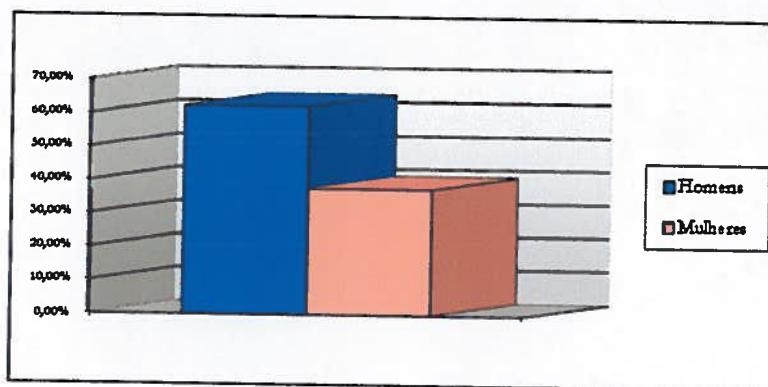
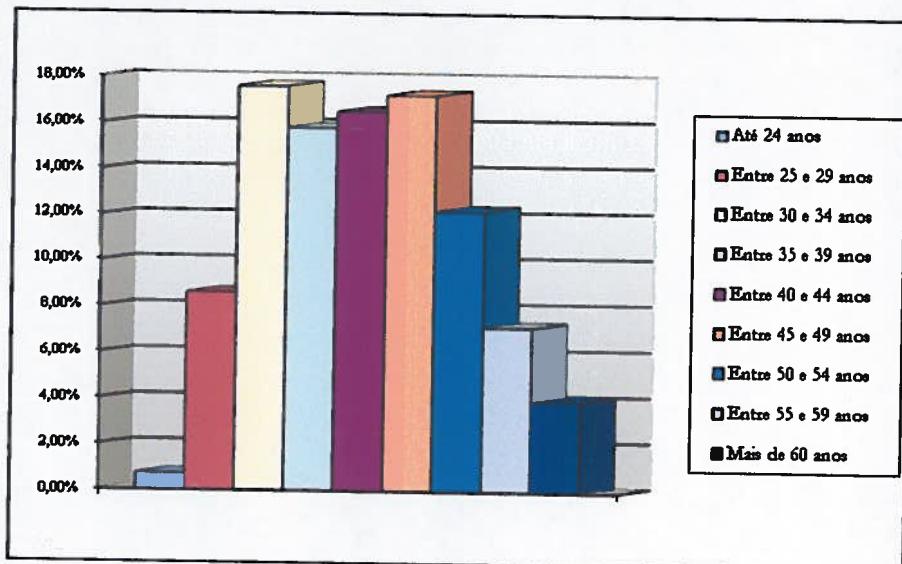
A população dos trabalhadores da Câmara Municipal apresenta um maior número de funcionários, entre 5 e 9 anos, representando estes, 34,90% da população.

A estrutura, no que se refere aos trabalhadores com mais de 5 anos de serviço, representa 93,88%, do total do universo em causa.

3.3 Estrutura etária por Sexo

Com base na análise no quadro abaixo, conclui-se que o efectivo se distribui predominantemente nos níveis etários compreendidos entre os 30 e os 49 anos, registando-se a predominância do sexo masculino no total da população da Câmara Municipal.

Escalão Etário	2008 H M	%
Até 24 anos	2	0,72%
Entre 25 e 29 anos	24	8,63%
Entre 30 e 34 anos	49	17,63%
Entre 35 e 39 anos	44	15,83%
Entre 40 e 44 anos	46	16,55%
Entre 45 e 49 anos	48	17,27%
Entre 50 e 54 anos	34	12,23%
Entre 55 e 59 anos	20	7,19%
Mais de 60 anos	11	3,96%
TOTAIS	278	100%



	2008	%
Homens	173	62,23%
Mulheres	105	37,78%
TOTAIS	278	100%

A população dos trabalhadores da Câmara Municipal apresenta uma estrutura etária, com um número de efectivos nas classes até 44 anos (59,36%), população jovem com idade activa, com valores superiores às classes mais de 45 anos

(40,65%). Repare-se que há uma disparidade considerável, sendo a diferença entre as classes com idades inferiores a 44 anos e superiores a 45 anos é de 18,71%.

O cenário apresentado sugere-nos uma população relativamente jovem, o que contraria a tendência generalizada da Administração Pública, que em muitos casos, regista um acentuado envelhecimento da força de trabalho, nomeadamente na Administração Pública a nível local e regional.

3.4 Estrutura Habilitacional

A distribuição dos trabalhadores pelos níveis de habilitações literárias foi efectuada a partir das habilitações adquiridas pelos trabalhadores e não pelas legalmente exigidas para o ingresso nas respectivas carreiras profissionais.

Habilitações Literárias	2008	%
Menos de 4 anos de escolaridade	0	—
4 anos de escolaridade (4ª classe)	68	24,46%
6 anos de escolaridade (ciclo preparatório)	30	10,79%
9 anos de escolaridade	55	19,78%
11 anos de escolaridade	57	20,50%
12 anos de escolaridade	6	2,16%
Bacharelato	6	2,16%
Licenciatura	55	19,78%
Mestrado	1	0,36%
Doutoramento	0	—
TOTAIS	278	100%

Da análise dos dados inscritos no presente quadro, verifica-se que 24,46% possuem apenas a quarta classe, sendo mesmo a percentagem mais elevada de todos os graus de instrução.

Com a habilitação mínima obrigatória exigida actualmente (9 anos de escolaridade), conclui-se que somente 19,78% do total dos trabalhadores têm este grau académico. O somatório das percentagens correspondentes ao 1º ciclo completo (4ª classe), 2º ciclo completo (6º ano) e 3º ciclo completo (9º ano), ultrapassa a metade da totalidade da população da Câmara Municipal, (55,03%).

Existe apenas um funcionário com Mestrado e nos restantes graus académicos aparecem o Ensino Secundário (11 anos de escolaridade) e a Licenciatura com taxas mais significativas.

3.5 Distribuição de efectivos por grupos de pessoal

GRUPO DE PESSOAL	2008	%
Pessoal Dirigente	10	0,36%
Técnico Superior	35	12,59%
Técnico	5	1,80%
Técnico – Profissional	42	15,11%
Administrativo	40	14,39%
Auxiliar	76	27,34%
Operário	67	24,10%
Informática	3	1,08%
TOTAIS	278	100%

3.6. Formação Profissional na CMPF

A formação profissional exerce um papel determinante, enquanto factor estratégico de desenvolvimento das autarquias. Por isso, a formação tem sido pensada de forma diferente.

Durante o ano de 2008, a formação profissional merece especial destaque. A constante alteração legislativa, bem como a transferência de competências igualmente constante, obriga a apostar na formação como forma de aquisição de competências, implementação de projectos e aplicação das leis em vigor.

Nesta conformidade, e tendo sempre em vista uma boa gestão de recursos a autarquia tem apostado na realização de formação nas próprias instalações, como decorreu no ano em análise.

Realizaram-se acções sobre Contratação Pública, Contabilidade de Custos, Sistema de Avaliação de Desempenho e Gestão por Objectivos, o que abrangeu quase a totalidade do universo dos funcionários da Câmara Municipal, em que participaram todos os Directores de Departamento, Chefes de Divisão, Responsáveis de Serviços, Técnicos Superiores e Administrativos das várias áreas. É de realçar que estas acções tiveram um carácter transversal, com objectivo de garantir uma equidade integrada do processo, decidindo-se assim, atribuir as valências necessárias ao maior número de trabalhadores.

De salientar que foram feitas candidaturas ao Programa Operacional Potencial Humano, para financiamento destas acções, tendo sido aprovadas, o que permitiu a aquisição de competências por parte dos trabalhadores com menos custos para a autarquia.

É de salientar igualmente uma nova realidade: a promoção de acções destinadas ao público, aos municíipes/clientes da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, cujas alterações legislativas os afectem directamente, com vista ao esclarecimento de dúvidas e procedimentos, de forma a criar uma parceria, facilitando as relações entre ambas as partes. É exemplo disso a acção que decorreu em Maio de 2008, sobre as alterações Regime Jurídico de Urbanização e Edificação. Foi uma acção de sucesso, cuja experiência será repetida.

Número de participações em acções de formação profissional, por grupo de pessoal, segundo género:

		Dirigente	Técnico Superior	Técnico	Técnico Profissional	Administrativo	Auxiliar	Operário	Informativa	Total
Total	H	13	11	2	7	16	4	1		54
de	M	6	48	6	0	18	-	-	2	80
Participações	T	19	59	8	7	34	4	1	2	134

4.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

4 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1 Situação Económica

A actividade económico-financeira do Município reportada ao ano em análise, foi marcada pela continuação da execução de alguns projectos plurianuais programados desde o início do mandato deste Executivo, donde se destacam os seguintes.

Ao nível da Educação:

- A conservação e reparação de Edifícios Escolares em todo o Concelho;
- Aquisição e reparação aquecimento para Edifícios Escolares;
- Aquisição de mobiliário e equipamento para Edifícios Escolares;
- Actividades de Enriquecimento Curricular;
- Conclusão da Requalificação da EB1 de Gilde – Ferreira;
- Transferências para agrupamentos – ASE, pequenas reparações e aquecimento a lenha;
- Início da construção dos novos Centros Escolares no concelho, que terão a sua continuidade nos anos de 2009 e 2010.

Ao nível da Acção Social:

- Realização do Verão Activo;
- Transferências para o 1.º CEB – Serviço de almoço;
- Serviço de Atendimento Integrado;
- Serviço de Acção Social;
- Presidência da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco.

Ao nível da Habitação:

- Construção de Habitações Sociais em Paços de Ferreira e Modelos;
- Acompanhamento das famílias abrangidas pelo Plano de Realojamento.

Ao nível do Ordenamento do Território:

- Aquisição de terrenos para Zonas de Lazer;
- Construção de espaços para Zonas de Lazer;
- Negociações para a cedência definitiva da Estação de Leite e Lacticínios (Parque Urbano de Paços de Ferreira);
- Infra estruturas de Loteamentos;
- Continuação dos investimentos realizados no Parque Urbano de Paços de Ferreira e no Parque de Lazer de Freamunde.

Ao nível da Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza:

- Requalificação de Espaços Verdes e Jardins;
- Conservação e beneficiação de Jardins;

Ao nível da Cultura:

- Melhoramentos na Citânia de Sanfins;
- Melhoramentos no Museu de Sanfins, através da candidatura “Jardins com História”
- Realização de Ciclos Culturais;
- Criação Espaços Internet em Frazão, Freamunde e Raimonda;
- Realização da Feira do Livro;
- Realização da Moda Local.

Ao nível do Desporto, Recreio e Lazer:

- Conservação e beneficiação do Pavilhão Polidesportivo Municipal;
- Apoios à empresa Municipal Gespaços, na gestão dos espaços desportivos do concelho, nomeadamente, o Pavilhão Desportivo Municipal, o Pavilhão Municipal de Modelos, as Piscinas Municipais de Paços de Ferreira e Freamunde e os Pavilhões das EB2,3 de Paços de Ferreira, Freamunde, Frazão e Eiriz.
- Construção do Pavilhão Polidesportivo de Modelos;
- Realização do Setembro Jovem;
- Realização dos jogos Concelhios.

Ao nível da Indústria e Energia:

- Ampliação e beneficiação da Rede de Iluminação Pública;
- Zona de Acolhimento Empresarial de Seroa 1;
- Zona de Acolhimento Empresarial de Carvalhosa;
- Via Estruturante da ZAE I6;
- Aquisição de terrenos para Acolhimento Empresarial;
- Infraestruturação para Acolhimento Empresarial.

Ao nível dos Transportes Rodoviários:

- Execução de Passeios no Concelho;
- Conservação e beneficiação de Arruamentos e Vias Municipais;
- Construção de Redes de Águas Pluviais;
- Construção de Muros de Suporte;
- Variante à EN 207, 209 e 319, Oeste PFR (Seroa - Meixomil) e Variante à EN 207, 209 e 209-2, Este PFR (Freamunde – Raimonda);
- Delegações de competências nas Juntas de Freguesia.

4.1.1 Análise dos Custos

Os custos totais do exercício registaram o montante de 19.063.520,89 €, que tiveram a sua expressão mais significativa nas seguintes contas:

62 – Fornecimentos e serviços externos (FSE) – 5.298.789,19 €

Regista-se uma diminuição dos (FSE), justificado pela política de redução de custos seguida pelo Município.

63 – Transferências e subsídios correntes concedidos (TSCC) – 2.167.389,96 €

Regista-se também uma diminuição nas (TSCC), o que demonstra uma preocupação em envolver o movimento associativo, na mesma política de redução de custos seguida pelo Município.

64 – Custos com o pessoal – 5.940.848,74 €

O ligeiro acréscimo verificado nos custos com o pessoal, deveu-se, essencialmente aos aumentos de vencimentos operados no ano em questão e pela contratação de Auxiliares de Acção Educativa e de Professores para as Actividades de Enriquecimento Curricular, no exercício das competências delegadas pelo Ministério da Educação.

66 – Amortizações do exercício – 2.211.572,00 €

Relativamente às Amortizações do exercício, o decréscimo verificado deveu-se ao facto de grande parte do Imobilizado contabilizado no Património, ter sido totalmente amortizado no ano de 2007.

Como estamos ainda em fase de recuperação do Imobilizado, o ano 2007 foi sacrificado com as amortizações não lançadas em anos anteriores, o que se reflectiu num agravamento do Resultado Líquido do Exercício (RLE) de 2007.

Salienta-se que a 31 de Dezembro de 2008, ainda não foi possível efectuar os registo no programa do Património, em conformidade com os registo do programa da Contabilidade.

4.1.2 Análise dos Proveitos

Os proveitos do exercício registaram o montante de 23.101.004,61€. Em termos globais verificou-se um aumento considerável, justificado basicamente, por correcções de amortizações, recebimento de dividendos das empresas participadas e contabilização de mais-valias pela venda de terrenos.

Contribuíram para este volume de proveitos os seguintes factores:

71 – Vendas e prestação de serviços – 2.967.253,79 €

Verificou-se um aumento em relação ao ano anterior, resultado do aumento da cobrança de rendas, de vendas de habitações sociais, apesar da diminuição da cobrança de resíduos sólidos e parques de estacionamento.

72 – Impostos e Taxas – 7.174.324,52 €

Registou-se uma decréscimo relativamente ao ano anterior, justificado pela diminuição da cobranças de Impostos Directos, como o IMT e Derrama, bem como pela diminuição de Impostos Indirectos, como Loteamentos e Obras, resultado da conjuntura económica nacional.

74 – Transferências e fundos obtidos – 9.942.116,45 €

Verificou-se um acréscimo muito pouco significativo das transferências do Estado relativamente ao ano anterior. Deste montante destacam-se as Transferências do Estado (FEF, FSM e PFIRS), que ascenderam a 8.676.268,00 €.

Diga-se que o montante calculado pela Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL) para o ano de 2008, foi de 12.986.640,00 €. No entanto, a Lei das Finanças Locais não permite que a evolução anual seja superior a 5%, pelo que ao invés destes cerca de 13 M€ o Município recebeu pouco mais de 8 M€.

4.1.3 Análise dos Resultados

O Resultado Líquido do Exercício (RLE) apurado e reportado ao ano em análise foi de 4.037.483,72 €.

Nota-se um aumento significativo do (RLE) em 2008 relativamente ao de 2007, que foi de (4.885.901,83€), justificado pelo aumento dos proveitos e pela política de redução de custos seguida pelo Município.

4.2 Situação financeira

4.2.1 Análise comparativa da Receita e da Despesa

4.2.1.1 Receita

Para financiamento da sua actividade, o Município contou em 2008 com receitas provenientes de diversas origens que totalizaram o valor 35.052.738,51 €, de onde se podem destacar as seguintes:

1. Transferências

1.1 Fundos Municipais Correntes	5.892.234,00
1.2 Fundos Municipais de Capital	2.784.034,00
1.3 Outras (Correntes + Capital)	<u>7.775.707,84</u>
	<u>16.451.975,84</u>

2. Receitas Próprias

2.1 Impostos Directos	6.303.423,25
2.2 Impostos Indirectos	558.943,75
2.3 Outras (Venda bens e serviços, Taxas, Passivos Financeiros)	<u>11.738.395,67</u>
	<u>18.600.762,67</u>
	<u>35.052.738,51</u>

3. Saldo da Gerência anterior

1.056.716,27

4. Total Geral

36.109.454,78

Em síntese:

Receita Global.....	35.052.738,51 €
Receitas Correntes.....	17.315.536,23 € (49,40%)
Receitas Capital.....	17.717.658,43 € (50,55%)
Outras Receitas.....	19.543,34 € (0,05%)

Estabelecendo o cotejo com o ano anterior, verifica-se um acréscimo da receita de 8,73%, conforme se indica:

Anterior	Actual	Diferença	
		€	%
32.237.629,57	35.052.738,51	2.815.108,94	8,73

O Município apresenta também, um elevado grau de execução da receita cobrada relativamente à receita liquidada, 105,73%, tendo registado um acréscimo em relação ao ano anterior, que tinha sido de 102,74%.

4.2.1.2 Despesa

O montante global da despesa cifrou-se em 34.978.944,39 €, que representa um acréscimo de 7,08%, em relação ao período anterior o que acompanhou o comportamento verificado na receita.

Em síntese:

Despesa Global.....	34.978.944,39 €
Despesas Correntes.....	14.035.391,39 € (40,13%)
Despesas Capital.....	20.943.553,00 € (59,87%)

QUADRO DA COBERTURA DAS DESPESAS PELAS RECEITAS
(PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL)

Receitas			Despesas			(€)
	Valor	%		Valor	%	
Correntes	17.315.536,23	49,40	Correntes	14.035.391,39	40,13	
Capital	17.717.658,43	50,55	Capital	20.943.553,00	59,87	
Outras	19.543,85	0,05	Outras	0,00	0,00	
TOTAL	35.052.738,51	100	TOTAL	34.978.944,32	100	

A leitura deste quadro permite concluir que o **Princípio do Equilíbrio Orçamental** foi respeitado, ou seja, o valor das despesas correntes, não ultrapassou o valor das receitas correntes.

4.2.2 Análise da Execução Orçamental

4.2.2.1 Receita

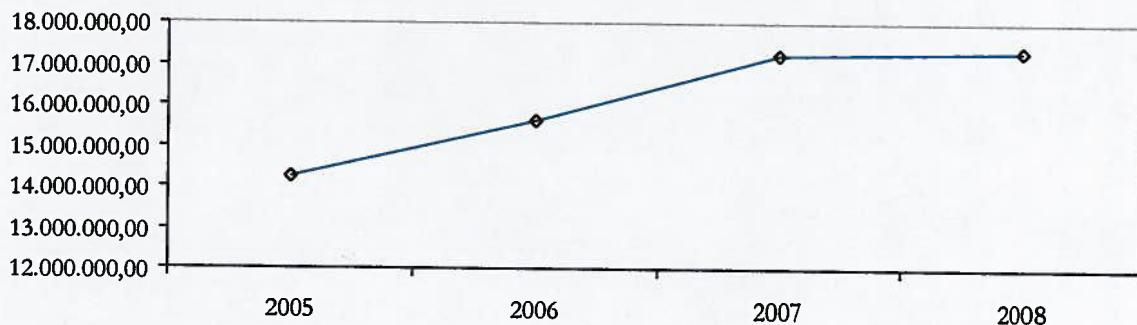
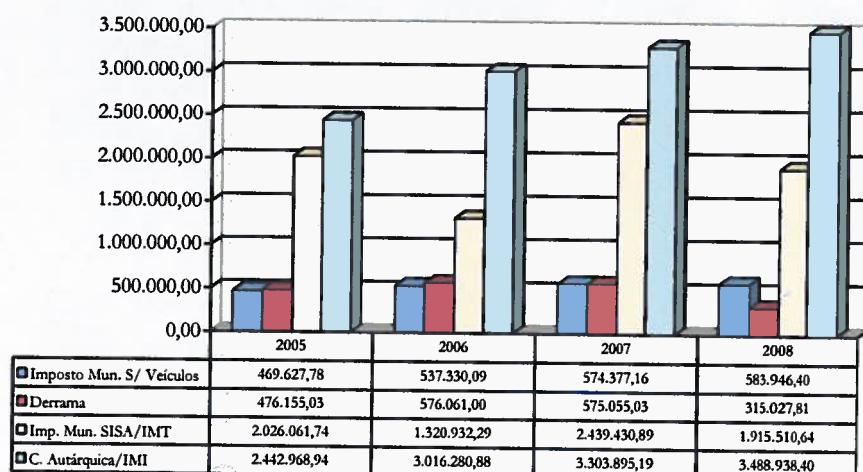
4.2.2.1.1 Receitas Correntes

O total da receita corrente cobrada em 2008, foi de 17.315.536,23€, tendo-se registado um ligeiro acréscimo de 90.554,62€, que representa em aumento de 0,53% em relação ao ano anterior.

A evolução dos últimos 4 anos é destacada nos seguintes Quadros e Gráficos.

Evolução das Receitas Correntes

	Descrição	2005	2006	Var.	2007	Var.	2008	Var.	Estr.
				%		%		%	%
1	IMPOSTOS DIRECTOS	5.414.813,49	5.450.604,26	0,66	6.902.960,77	26,65	6.303.423,25	-8,69	36,40
	IMI/CA	2.442.968,94	3.016.280,88	23,47	3.303.895,19	9,54	3.488.938,40	5,60	20,15
	IUC/IMV	469.627,78	537.330,09	14,42	574.377,16	6,89	583.946,40	1,67	3,37
	Derrama	476.155,03	576.061,00	20,98	575.055,03	-0,17	315.027,81	-45,22	1,82
	IMT/SISA	2.026.061,74	1.320.932,29	-34,80	2.439.430,89	84,67	1.915.510,64	-21,48	11,06
	Imposto Diversos	0,00	0,00	0,00	10.202,50	100	0	-100	0,00
2	IMPOSTOS INDIRECTOS	433.909,32	1.328.426,69	206,15	686.966,02	-48,29	558.943,75	-18,64	3,23
3	TAXAS, MULTAS E OUTROS PENAL.	501.468,73	628.303,22	25,29	546.521,34	-13,02	556.662,86	1,86	3,21
4	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	24.032,35	35.448,01	47,50	47.337,27	33,54	64.512,63	36,28	0,37
5	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.250.489,00	5.612.680,20	6,90	6.842.412,72	21,91	7.233.442,99	5,71	41,77
	Participação nos Impostos do Estado	4.845.471,00	4.845.471,00	0,00	6.829.123,34	40,94	7.200.079,20	5,43	41,58
	Outras	405.018,00	767.209,20	89,43	13.289,38	-98,27	33.363,79	151,06	0,19
6	VENDA DE BENS	509.289,78	170.678,56	-66,49	47.811,73	-71,99	61.756,90	29,17	0,36
7	VENDA DE SERVIÇOS/RENDAS E ALUG.	1.915.942,27	2.081.362,22	8,63	2.108.348,27	1,30	2.319.456,10	10,01	13,40
8	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	207.834,54	319.529,77	53,74	42.623,49	-86,66	217.337,75	409,90	1,26
	TOTAL	14.257.779,48	15.627.032,93	9,60	17.224.981,61	10,23	17.315.536,23	0,53	100

Evolução das Receitas Correntes*Evolução das Receitas Correntes: Impostos Directos*

Atente-se o seguinte rácio de actividade:

$$\frac{\text{Peso dos Impostos Locais na Receita Total}}{\text{Receita Total}} \times 100 \Leftrightarrow \frac{6.862.367,00}{35.052.738,51} \times 100 = 19,58\%$$

Os Impostos Locais representam 19,58% da receita total arrecadada pelo Município.

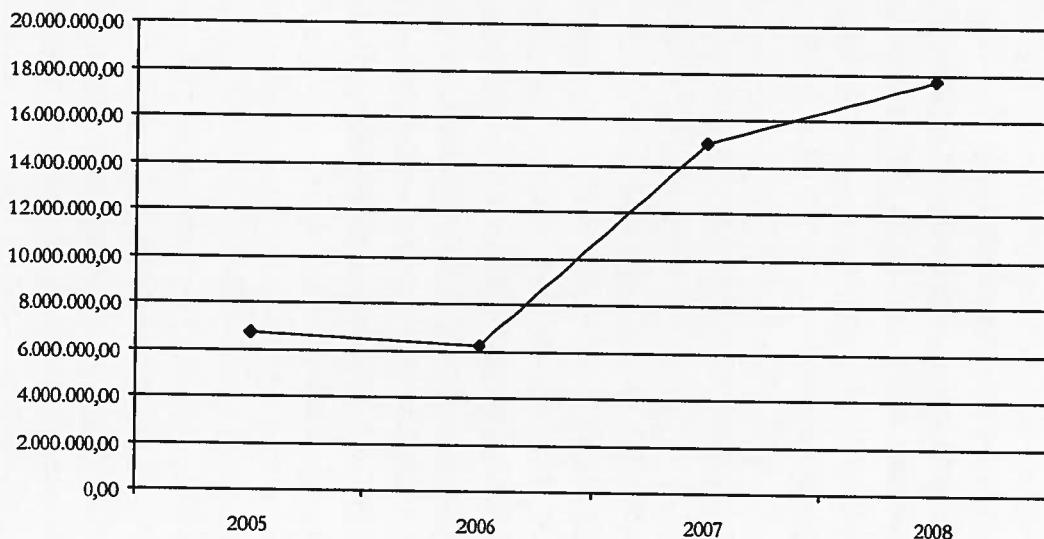
4.2.2.1.2 Receitas de Capital

O total da receita de capital cobrada em 2007, foi de 17.717.658,43 €, tendo-se registado um acréscimo de 2.705.010,47 €, ou seja 18,02%, em relação ao ano anterior.

A evolução dos últimos 4 anos é destacada nos seguintes Quadros e Gráficos.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL

DESCRIÇÃO	2005	2006	Var. %	2007	Var. %	2008	Var. %	Est. %
9 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	377.917,40	0,00	-100	2.326.324,00	100	4.980.303,60	114,08	28,11
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.259.923,81	5.169.086,84	-1,73	6.058.906,31	17,21	9.218.532,85	52,15	52,03
Participação nos Impostos do Estado	3.230.315,00	3.230.315,00	0,00	2.626.275,00	-18,70	2.784.034,00	6,01	15,71
OUTRAS	252.681,13	356.248,04	40,99	557.204,67	56,41	22.882,57	-95,89	0,13
FEDER	1.776.927,68	1.582.523,80	-10,94	2.875.426,64	81,70	6.411.616,28	122,98	36,19
11 PASSIVOS FINANCEIROS	467.233,10	791.432,67	69,39	6.623.207,60	736,86	3.518.821,98	-46,87	19,86
12 OUTRAS RECEITAS CAPITAL	636.200,08	268.723,32	-57,76	4.210,05	-98,43	0	0	0,00
TOTAL	6.741.274,39	6.229.242,83	-7,60	15.012.647,96	141,00	17.717.658,43	18,02	100

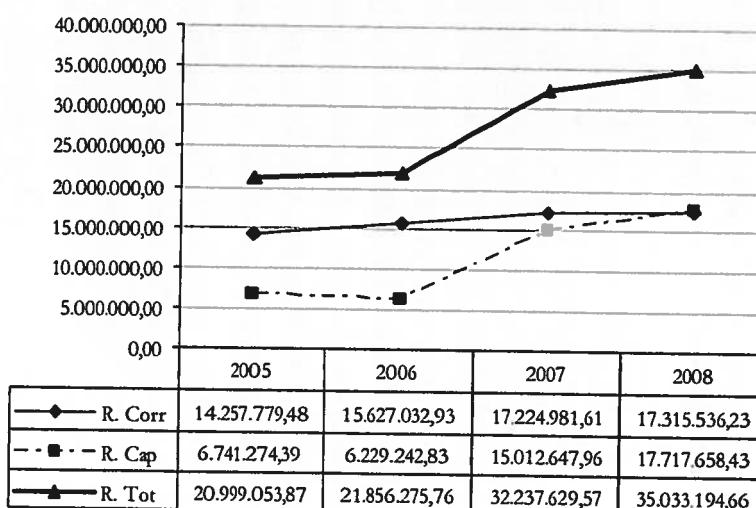
Evolução das Receitas de Capital

Relativamente às receitas de capital, há a registar o valor transferido do F.E.F., 2.784.034,00 €, Venda de Bens de Investimento, 4.980.303,60 €, Passivos Financeiros, 3.518.821,98 € e FEDER, 6.411.616,28 €.

Destaque para o significativo aumento das receitas do FEDER, o que demonstra um bom aproveitamento dos Fundos Comunitários.

4.2.2.1.3 Evolução da Receita Total**Gráfico Resumo**

Permite constatar o comportamento das receitas correntes e de capital.

Resumo da Evolução da Receita Total

**Dependência das transferências da Administração Central
(no contexto da Receita Total)**

$$\frac{\text{Peso dos Fundos Municipais na Receita Total}}{\text{Receita Total}} \times 100 \Leftrightarrow \frac{9.984.113,20}{35.052.738,51} \times 100 = 28,48\%$$

Constata-se que a dependência das transferências da Administração Central se situa nos 28,48% da receita total.

É de salientar que o Fundo Social Municipal (FSM), Introduzido pela primeira vez no ano de 2007, consiste na consignação de uma receita transferida e quantificada através do Orçamento de Estado (OE) a despesas associadas a funções sociais.

Mas o (FSM) não se trata de uma receita acrescida para ao Municípios, mas de parte dos anteriores Fundos Municipais extintos pela Nova Lei as Finanças Locais, que antes de 2007 eram transferidas sem qualquer condicionalismo.

A instituição do (FSM), traduziu-se assim numa perda de autonomia financeira dos Municípios, em relação às verbas transferidas anualmente através do (OE).

Deste modo o Município, foi obrigado a realizar pagamentos no montante mínimo do valor atribuído através do (FSM), sob pena de lhe vir a ser subtraído o diferencial nas transferências para o ano de 2010.

Saliente-se ainda que para a atribuição deste valor não entram os montantes pagos em investimentos nas funções sociais, sendo os mesmos suportados na totalidade pelo Município.

4.2.2.2 Despesa

4.2.2.2.1 Despesas Correntes

A execução orçamental da despesa corrente totalizou 14.035.391,39 €, o que representa uma taxa de crescimento de 13,01%, em relação ao período homólogo anterior.

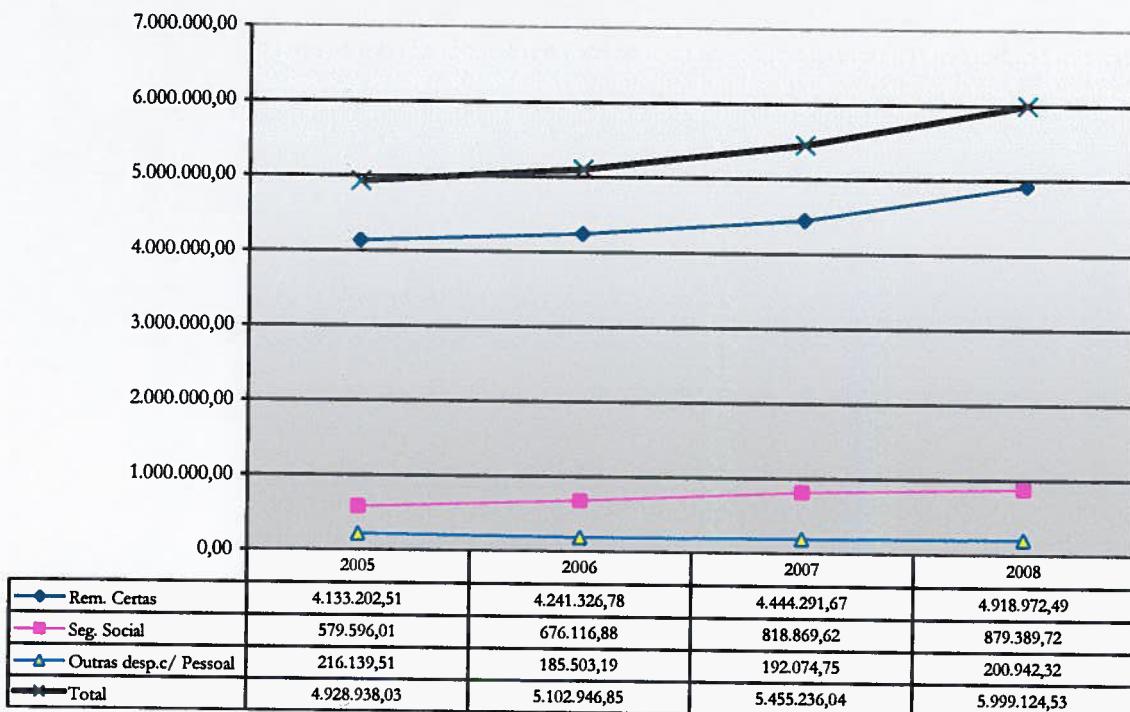
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES

Descrição	2005	2006	Var.%	2007	Var.%	2007	Var.%	Estr.%
1 Pessoal	4.928.938,03	5.102.946,85	3,53	5.455.236,04	6,90	5.999.124,53	9,97	42,74
3 Aquisição de Bens	388.694,66	363.417,29	-6,50	434.200,46	19,48	359.635,46	-17,17	2,56
4 Aquisição de Serviços	3.839.001,84	3.474.173,60	-9,48	4.021.285,67	15,75	4.402.364,14	9,47	31,37
Transferências 5 Correntes	783.402,06	1.385.032,37	76,80	1.999.703,80	44,38	2.297.033,27	14,87	16,37
6 Encargos Financeiros	217.064,45	267.911,20	23,43	477.193,84	78,11	799.350,87	67,51	5,69
Outras Despesas 7 Correntes	41.499,89	163.601,52	294,22	31.465,76	-80,77	177.883,12	465,32	1,27
TOTAL	10.198.600,93	10.757.082,83	5,48	12.419.085,57	15,45	14.035.391,31	13,01	100

As despesas correntes correspondem, assim, a 40,13% da despesa total.

Devido ao peso que o grupo das despesas com pessoal representa no orçamento, complementa-se o presente relatório com os elementos indispensáveis à análise desenvolvida nesta rubrica e os respectivos limites legais.

Evolução das Despesas Correntes: Pessoal



Limite legal das despesas com pessoal

Nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2008

	Ano 2007	Ano 2008	Comparação (2008-2007)
Despesas com pessoal	5.455.236,04	5.999.124,53	543.888,49
TOTAL	5.455.236,04	5.999.124,53	543.888,49

O aumento verificado entre os anos de 2007 e 2008 (543.888,49 €), que corresponde a 9,97 %, encontra-se justificado nos seguintes factores:

- Aumento resultante da actualização de vencimentos;
- Aumento da parte da Câmara nos descontos para a Segurança Social dos funcionários;
- Aumento resultante de delegações de competências da Administração Central, nomeadamente, pelos serviços prestados por Auxiliares de Acção Educativa, e principalmente, pela necessidade de celebrar contratos de trabalho a termo certo com professores, para lecionar as Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º CEB;
- Aumento verificado por promoções de diversos funcionários;
- Concursos para dirigentes intermédios, Chefes de Divisão.

Apesar do natural aumento verificado, pode referir-se que o Município de Paços de Ferreira, apresenta um peso das despesas com pessoal nas despesas totais, de 17,15%, sendo que em 2007 estas apenas representavam 16,70%, o que o colocava entre os Municípios do País, que apresentam menor peso das despesas com pessoal nas despesas totais, o que diz bem da política selectiva seguida pelo Município na contratação de pessoal e do esforço realizado para desempenhar as atribuições e competências que lhe estão destinadas, com o menor número de funcionários possível.

Vejamos alguns **Rácios de Actividade** com esta área funcional:

Peso das Despesas com Pessoal nas Despesas Correntes	$\frac{\text{Despesas com Pessoal}}{\text{Despesas Correntes}}$	x100 ⇔	5.999.124,53	x100 = 42,74%
			14.035.391,39	

Constata-se que as despesas com pessoal correspondem a 42,74% das despesas correntes.

Peso das Despesas com Pessoal na Despesa Total	$\frac{\text{Despesas com Pessoal}}{\text{Despesa Total}}$	x100 ⇔	5.999.124,53	x100 = 17,15 %
			34.978.944,39	

Se compararmos com a despesa total o seu peso corresponde a 17,15 %.

Quanto à evolução que este tipo de despesa vem assumindo, relativamente ao ano anterior, temos que:

(Desp. c/ Pes. (2008) – Desp. c/ Pes. (2007))/Desp. c/ Pes. (2007) x 100
[(5.999.124,53-5.455.236,04)/5.455.236,04] x100 = 9,97%

Verifica-se um acréscimo de 9,97% relativamente ao ano 2007, que tem a sua justificação nos motivos apresentados no quadro anterior.

4.2.2.2.2 Despesas de Capital

O montante apurado das despesas de capital cifrou-se em 20.943.553,00 €, contribuindo de forma significativa para este valor, as rubricas de Investimento, 81,63 % e Transferências de Capital, 14,47 %. Nestas últimas estão incluídas as transferências para as Juntas de Freguesia.

As despesas de capital representam 59,87% da despesa total.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL

Descrição		2005	2006	Var.%	2007	Var.%	2008	Var.%	Estr.%
9	Investimento	6.422.280,45	6.798.978,78	5,87	15.541.387,22	128,58	17.095.685,87	10,00	81,63
10	Transferências Capital	3.362.170,96	2.971.245,29	-11,63	3.108.647,37	4,62	3.031.056,38	-2,50	14,47
12	Passivos Financeiros	1.028.424,26	1.006.114,45	-2,17	1.537.787,05	52,84	738.965,75	-51,95	3,53
13	Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	60.000,00	100	77.845,00	29,74	0,37
TOTAL		10.812.875,67	10.776.338,52	-0,34	20.247.821,64	87,89	20.943.553,00	3,44	100

Regista-se um grande aumento no valor do Investimento, o que se tem vindo a verificar desde 2005, justificado pelo grande volume de obras estruturantes realizadas no concelho nos últimos anos.

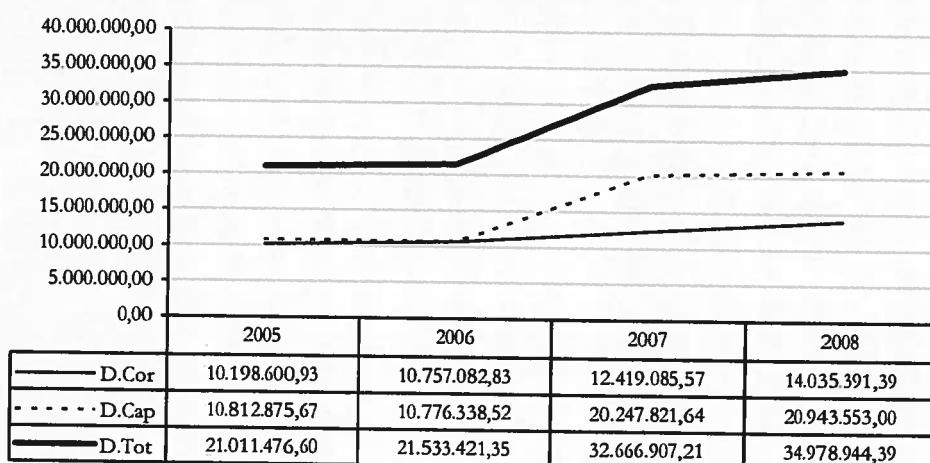
4.2.2.2.3 Evolução da Despesa Total

O quadro evolutivo das despesas correntes e de capital, permite a análise da contribuição de cada um dos grupos para o acréscimo registado, constatando-se que, as despesas correntes tiveram uma variação positiva de 1.616.305,82 €, 13,01%, e as despesas de capital registaram uma variação positiva de 695.731,36 €, 3,44%. As despesas correntes representam 40,13 % da despesa total, enquanto as despesas de capital representam 59,87 % da despesa total.

EVOLUÇÃO RESUMO DA DESPESA TOTAL

	(€)							
	2005	2006	Var.%	2007	Var.%	2008	Var.%	Estr.%
Despesas Correntes	10.198.600,93	10.757.082,83	5,48	12.419.085,57	15,45	14.035.391,39	13,01	40,13
Despesas Capital	10.812.875,67	10.776.338,52	-0,34	20.247.821,64	87,89	20.943.553,00	3,44	59,87
DESPESA TOTAL	21.011.476,60	21.533.421,35	2,48	32.666.907,21	53,33	34.978.944,39	7,08	100

Evolução Resumo da Despesa



Rácios de Actividade

Peso das Despesas Correntes na Despesa Total	$\frac{\text{Despesas Correntes}}{\text{Despesa Total}} \times 100 \Leftrightarrow$	$\frac{14.035.391,39}{34.978.944,39} \times 100 = 40,13\%$
--	---	--

Peso da Aquisição de Bens e Serviços na Despesa Total	$\frac{\text{Aq. Bens e Serviços}}{\text{Despesa Total}} \times 100 \Leftrightarrow$	$\frac{4.761.999,60}{34.978.944,39} \times 100 = 13,61\%$
---	--	---

A aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento do Município, cifra-se em 13,61% da despesa total.

Cobertura da Despesa Total (no contexto das Transferências da Administração Central)

Peso das Transferências Totais na Despesa Total	$\frac{\text{Transferências Totais}}{\text{Despesa Total}} \times 100 \Leftrightarrow$	$\frac{10.006.995,77}{34.978.944,39} \times 100 = 28,61\%$
---	--	--

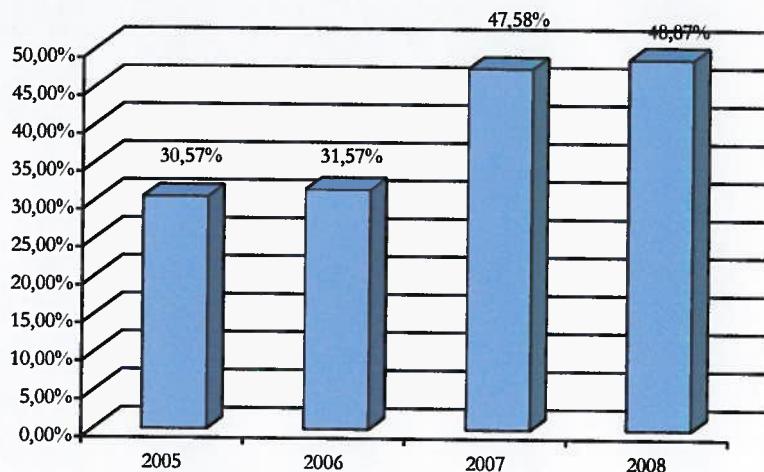
A despesa total do Município, é suportada em 28,61% pelas Transferências da Administração Central.

4.2.2.2.4 Investimento

O quadro patenteia o volume de investimento realizado no quadriénio, no contexto da despesa total realizada em cada exercício económico.

EVOLUÇÃO RESUMO DO INVESTIMENTO TOTAL

	(€)							
	2005	2006	Var.%	2007	Var.%	2008	Var.%	Estr.%
Investimento	6.422.280,45	6.798.978,78	5,87	15.541.387,22	128,58	17.095.685,87	10,00	48,87
DESPESA TOTAL	21.011.476,60	21.533.421,35	2,48	32.666.907,21	51,70	34.978.944,39	7,08	100



Para além desta evolução positiva, registe-se ainda que o Município apresenta um peso das despesas de investimento e transferências de capital nas despesas totais, na ordem dos 57,54%, sendo que no ano de 2007 este valor se situava nos 61,98%, situando-o entre os Municípios Portugueses com maior peso das despesas de investimento e transferências de capital nas despesas totais. Isto demonstra bem da capacidade do Município, obter receitas para fazer face a investimentos estruturantes e essenciais para o desenvolvimento económico sustentado do mesmo, quer ao nível da aplicação directa desses investimentos, quer ao nível da transferência de capital para as Juntas de Freguesia, para que as mesmas efectuem esses investimentos, através de competências delegadas pelo Município.

4.2.2.3 Endividamento

4.2.2.3.1 Capacidade de Endividamento por empréstimos a médio e longo prazo

Controlo dos Limites Gerais dos Empréstimos

Empréstimos de Médio e Longo Prazo

Cálculo nos termos do n.º 2 do art.º 39º e 61º da nova LFL

Lei n.º 2/2007, de 15 Janeiro

ANO	APURAMENTO DO LIMITE LEGAL		ENCARGOS DISPONÍVEIS
	Dívida *1	Receitas Impostos Municipais, FEF, IRS e Derrama	
(n)	31/12/2008 (n)	(n-1) - 2007	
2008	8.720.564,32 €	14.564.494,64 €	5.843.930,32 €

*1 Excepcionam-se os empréstimos que não entram para a capacidade de endividamento - art.º 39 e 61º da LFL

Dívida a 31/12/2008

Finalidade	Entidade	Capital		Dívida em	Dívida em
Empréstimo	Credora	Contratado	Utilizado	01-01-2008	31-12-2008
Execução Obras constantes no Plano (n.º 24176501) - N	B.T.A.	2.493.989,49	2.493.989,49	1.846,99	0,00
Abastecimento de Água a P. Ferrº ETA R8 (n.º 36/487/19) - N	C.G.D	126.345,51	122.604,52	12.855,58	0,00
Construção R1 (n.º 38/087/19)- N	C.G.D	162.159,20	162.159,20	17.003,04	0,00
Aquisição e Instalação Esq. 12 e variante sul E.N. 207 P.F. - N	B.E.S.	1.995.191,59	1.995.191,59	855.031,47	712.525,47
Financ. Projectos const. Plano Actividades 2000 (n.º 47/987/19,27,35) - N	C.G.D	2.992.787,38	2.992.787,38	2.232.034,88	2.056.669,21
Var. Sul à E.N. 207 P. Fer./Freamunde 1º /2ª fases (n.º 43/787/19) - N	C.G.D	476.102,59	476.102,59	288.934,38	254.982,31
Redes Isoladas de Saneamento (n.º 42/987/19) - N	C.G.D	61.501,78	61.501,78	37.323,84	30.746,86
Exec. de várias obras constantes Plano Actividades (n.º 296/687/19) - N	C.G.D	1.745.792,64	1.745.792,64	1.437.831,53	1.365.640,47
Terrenos Acolhimento empresarial, Infra estruturação Acolhimento Empresarial e Construção Variantes	C.G.D	4.300.000,00	4.300.000,00	4.300.000,00	4.300.000,00
Total		14.353.870,18	14.350.129,19	9.182.861,71	8.720.564,32

Receitas: Impostos Municipais, FEF, IRS e Derrama de 2007**RECEITA TOTAL****1. Impostos Municipais**

Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)

Imposto Municipal sobre as transmissões Onerosas de Imóveis (IMIT)

Imposto Único Municipal (IUC)

Contribuição Autárquica

Imposto Municipal de Sisa

2. Derrama**3. FEF + IRS**

14.564.494,64
7.063.118,64
3.348.204,70
2.202.860,37
599.209,40
37.626,61
300.162,53
575.055,03
7.501.376,00

Para o exercício de 2008 o Município continuou com uma margem confortável em termos de limite de endividamento para empréstimos de médio e longo prazo, tendo em 31 de Dezembro de 2008, uma margem de 5.843.930,32 €.

4.2.2.3.2 Evolução das Dívidas

Dívidas a Instituições de Crédito

Dívidas a Instituições de Crédito – Médio e Longo Prazo

2005	2006	Tx Var. %	2007	Tx Var. %	2008	Tx Var. %
9.797.016,11	9.582.630,59	-2,19	14.668.051,13	57,32	17.616.597,15	20,10

Encargos Financeiros (no contexto das Despesas Correntes)

$$\frac{\text{Peso dos Encargos Financeiros nas Despesas Correntes}}{\text{Despesas Correntes}} \times 100 \Leftrightarrow \frac{799.350,87}{14.035.391,39} \times 100 = 5,70\%$$

Os encargos financeiros têm um peso pouco significativo, 5,70%, se comparados com o total de despesas correntes.

Serviço da dívida (no contexto da Despesa Capital)

$$\frac{\text{Peso do Serviço da Dívida na Despesa Capital}}{\text{Despesa Capital}} \times 100 \Leftrightarrow \frac{738.965,75}{20.943.553,00} \times 100 = 3,53\%$$

Por seu turno o serviço da dívida representa, 3,53% das despesas de capital.

O aumento verificado nas dívidas a Instituições de crédito de 2007 para 2008, deveu-se à contratação de um novo empréstimo no valor de 3,5 M€, para a construção das Variantes (Leste e Oeste), Requalificação da ER 207 e ER 209 e Qualificação de Vias no Concelho (Zonas Centro e Sul), excepcionado dos limites de endividamento.

Dívidas a terceiros de curto prazo

Em relação ao índice de dívidas a fornecedores relativamente às receitas totais do ano anterior, verificou-se um decréscimo de 86%, para 57% no ano de 2008.

Este decréscimo deveu-se ao grande aproveitamento das receitas provenientes de Fundos Comunitários, que permitiram fazer face a grandes investimentos efectuados neste exercício económico.

De salientar que o elevado valor da dívida a fornecedores, para além dos grandes investimentos efectuados, prende-se também com o facto de se assumir pela totalidade, a compra de terrenos para os quais ainda não existe escritura notarial, bem como da assunção imediata da dívida a fornecedores, quando as facturas ainda estão para conferência.

A acrescer a estes factores, realce para a nova metodologia de contabilização de subsídios ao investimento, que mesmo estando homologadas e serem conhecidos os respectivos valores das candidaturas a Fundos Comunitários, só podem ser contabilizados como proveitos, aquando da comunicação por parte das entidades competentes, da transferência das verbas respeitantes a essas candidaturas, o que faz distorcer o valor dos proveitos relativamente aos custos já assumidos.

4.3 Indicadores de Gestão

Os indicadores são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação económico-financeira do Município.

Rácios Financeiros

	2008	2007
Liquidez:		
Liquidez Geral: (Activo Circulante/Passivo Circulante) 5.625.675,12 / 18.523.494,55	0,30	0,40
Liquidez Reduzida: (Activo Circulante-Existências/Passivo Circulante) 5.537.727,37 / 18.523.494,55	0,30	0,40
Liquidez Imediata: (Depósitos Bancários+Caixa/Passivo Circulante) 1.169.668,50 / 18.523.494,55	0,06	0,06
Financeiros:		
Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Activo) 104.927.143,38 / 158.930.820,33	0,66	0,67
Estrutura Financeira: (Fundos Próprios/Passivo m/ prazo) 104.927.143,38 / 17.448.390,74	6,01	6,70
Solvabilidade Total: (Activo/Passivo) 158.930.820,33 / 54.003.676,85	2,94	3,04

5.

PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE RESULTADOS

5 PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do Exercício apurado é de 4.037.483,72 €.

Dispõe o POCAL (p. 2.7.3.) de que “a aplicação do resultado líquido do exercício, é aprovado pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo”.

Valor do Activo Líquido 158.930.820,33 €

20% do Activo Líquido 31.786.164,07 €

Valor apurado do Património 87.632.972,42 €

(reportado a 31/12/2008)

Atendendo a que o Resultado Líquido do Exercício (R.L.E.) 4.037.483,72 €

✓ Constituição de Reservas: (5% do R.L.E.) 201.874,19 €

✓ Resultados Transitados: (4.037.483,72-201.874,19) 3.835.609,53 €

6.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO

6 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO

O Município de Paços de Ferreira, na sequência do respectivo procedimento adjudicatório, celebrou com a CGD um contrato de empréstimo, de médio e longo prazo, com o valor de € 3.518.821,98 (três milhões, quinhentos e dez mil, oitocentos e vinte e um euros e noventa e oito cêntimos), o qual foi remetido ao TC, para efeitos de fiscalização prévia.

Tal empréstimo destinava-se a financiar a contrapartida nacional dos seguintes projectos comparticipados pelos Eixos 1 e 3 da Operação Norte:

- a) Concepção/construção de Variante às Estradas Nacionais (EENN) n.º 207, 209 e 209-2 a Leste de Paços de Ferreira (Variante Leste) e de Variante às Estradas Nacionais n.º 207, 209 e 319 a Oeste de Paços de Ferreira (Variante Oeste);
- b) Requalificação da ER207 e da ER 209;
- c) Qualificação de Vias no Concelho – Zonas Centro e Sul.

Importa referir que o Município de Paços de Ferreira, após análise e ponderação interna acerca da sua capacidade económica e financeira, decidiu avançar com a execução destes projectos – estruturantes e essenciais para o desenvolvimento do concelho – no pressuposto de que os mesmos podiam beneficiar de participação financeira comunitária.

A parte restante (a contrapartida nacional, não coberta pelo financiamento comunitário) da despesa total resultante da execução de tais projectos seria assegurada pelo Município.

Sendo de referir que, de acordo com a legislação então em vigor (artigo 33.º, n.º 7, alíneas a) e b), da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro), poderia o Município, dentro de determinados condicionalismos, contrair empréstimos bancários, os quais seriam automaticamente (no sentido de não carecerem de autorização) excepcionados dos limites de endividamento na altura existentes.

Neste contexto, o Município em 6.11.2004, celebrou com (o então designado) Instituto de Estradas de Portugal um protocolo, pelo qual os troços das estradas nacionais que atravessavam o concelho de Paços de Ferreira passaram a integrar a rede viária

municipal, tendo ainda assumido o compromisso de execução dos projectos referidos nas alíneas a) e b), podendo, para o efeito, apresentar candidatura (daquelas obras) à Medida 3.15 do Eixo 3 do Programa Operacional da Região Norte.

As candidaturas em questão foram apresentadas pelo Município em Agosto de 2006, uma vez findos os procedimentos de contratação pública (entenda-se, com decisão de adjudicação), conforme exigido pelas regras de funcionamento dos fundos comunitários.

As candidaturas foram aprovadas em 28.12.2006.

Todavia, a sua homologação (apenas) ocorreu em Fevereiro de 2007.

Num momento, portanto, em que estava já em vigor a nova LFL (aprovada pela Lei n.º 2/2007), a qual, no n.º 6 do seu artigo 39.º, condiciona o excepcionamento dos limites do endividamento das autarquias locais dos empréstimos por estas contraídos, para o financiamento de projectos com comparticipação de fundos comunitários, a autorização por despacho do Ministro das Finanças.

Entretanto, em 15.05.2008, o Município solicitou ao Ministro das Finanças autorização, nos termos e para os efeitos do n.º 6 do artigo 39.º da LFL, que foi concedida por despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, datado de 20.06.2008.

Nesta sequência, o Município iniciou processo de contratualização do empréstimo, de médio e longo prazo, com o valor de € 3.518.821,98 (três milhões, quinhentos e dezoito mil, oitocentos e vinte e um euros e noventa e oito cêntimos), o qual culminou com a aprovação pela Assembleia Municipal, em sessão de 10 de Setembro do mesmo ano.

O atraso no Visto para este empréstimo, prejudicou o normal funcionamento deste Município, durante o ano e 2007 e boa parte de 2008.

Por tudo isto o Município no final do ano de 2007 encontrava-se em situação financeira mais difícil, que foi ultrapassada durante o ano de 2008.

Aliada a esta situação, salienta-se também melhores resultados, quer ao nível da captação de novas receitas, quer ao nível da diminuição de despesas, que contribuíram para o abaixamento do limite de endividamento líquido, para níveis praticamente nulos.

7.

**FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO
EXERCÍCIO**

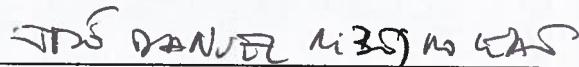
7 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

A entrada em vigor da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Nova Lei das Finanças Locais) e da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro (Regime Jurídico Sector Empresarial Local), introduziram importantes alterações à actuação dos Municípios, as quais continuaram a reflectir-se durante o exercício económico de 2008.

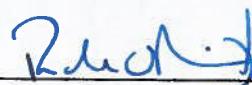
Destas alterações, as de maior relevância são, a apresentação de contas auditadas por um auditor ou empresa de auditoria, externos aos Municípios que como já foi citado neste relatório vai fazer incidir neste ano a auditoria às contas de 2007 e 2008, e o aparecimento do conceito de endividamento líquido, que veio impor novas restrições à capacidade de investimento dos Municípios.

Há ainda a realçar a assunção no final do ano por parte do Município, de novas competências na área da Educação que se vão repercutir no presente exercício, quer ao nível do aumento das despesas com o pessoal, onde foi praticamente duplicado o número de funcionários, quer ao nível das despesas de manutenção, afectas aos edifícios escolares onde são leccionados os 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico.

Paços do Município de Paços de Ferreira, Abril de 2009.

O Responsável pelos Serviços

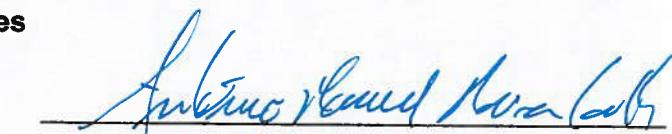
(José Manuel Ribeiro Leão, Dr.)

O Presidente da Câmara

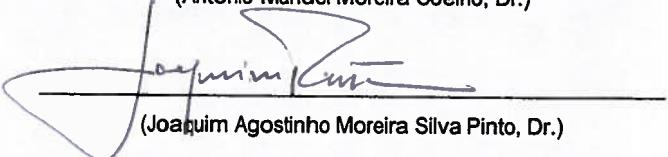
(Pedro Alexandre Oliveira Cardoso Pinto)

Os Vereadores

(Manuel Eugénio Pinheiro Martins Coelho, Dr.)



(António Manuel Moreira Coelho, Dr.)



(Joaquim Agostinho Moreira Silva Pinto, Dr.)



(Adelino Ricardo Martins Pereira, Dr.)

Câmara Municipal de Paços de Ferreira



DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

E DOCUMENTOS ANEXOS

Exercício 2008

000001

CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA



BALANÇO

Doc. n.º 1, anexo 1 a que se refere a Resolução n.º 4/2001, 2^a Secção, DR II Série, n.º 191 de 18/08

Exercício 2008

(00)2

Município de Paços de Ferreira

BALANÇO

ANO : 2008

Código das Contas POCAL	ACTIVO	Exercícios			
		2008		2007	
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	34.095.170,20		34.095.170,20	34.095.170,20
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas	20.115.074,90	5.047.362,00	15.067.712,90	16.871.161,06
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	9.352,05		9.352,05	3.818,52
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso	53.094,44		53.094,44	53.094,44
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		54.272.691,59	5.047.362,00	49.225.329,59	51.023.244,22
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	53.553,09	34.387,00	19.166,09	19.169,94
433	Propriedade industrial e outros direitos	177.126,11		177.126,11	174.702,96
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		230.679,20	34.387,00	196.292,20	193.872,90
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	20.072.126,01		20.072.126,01	20.087.939,97
422	Edifícios e outras construções	33.561.707,33	5.268.992,00	28.292.715,33	28.351.107,34
423	Equipamento básico	2.991.860,74	1.223.296,00	1.768.564,74	738.091,30
424	Equipamento de transporte	1.628.555,73	1.023.418,00	605.137,73	206.491,47
425	Ferramentas e utensílios	9.001,51	6.892,00	2.109,51	7.153,92
426	Equipamento administrativo	557.185,24		557.185,24	517.311,97
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	59.011,37	1.858,00	57.153,37	57.664,85
442	Imobilizações em curso				
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	49.463.659,87		49.463.659,87	36.537.860,52
		108.343.107,80	7.524.456,00	100.818.651,80	86.503.621,34
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital				
412	Obrigações e títulos de participação	1.399.784,97		1.399.784,97	232.115,33
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras	74.359,81		74.359,81	74.359,81
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				60.000,00
		1.474.144,78	0,00	1.474.144,78	366.475,14
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	87.947,75		87.947,75	85.746,57
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produto acabados e intermédios				003

Município de Paços de Ferreira

BALANÇO

ANO : 2008

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2008		2007	
		AB	AP	AL	AL
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras	87.947,75	0,00	87.947,75	85.746,57
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c				
212	Contribuintes, c/c				
213	Utentes, c/c				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	46.782,87	42.582,88	4.199,99	2.798,33
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
264	Administração autárquica				
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	4.363.858,88		4.363.858,88	6.515.274,41
		4.410.641,75	42.582,88	4.368.058,87	6.518.072,74
	Titulos negociáveis				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00		0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	1.164.642,27		1.164.642,27	1.044.079,44
11	Caixa	5.026,23		5.026,23	12.636,83
		1.169.668,50		1.169.668,50	1.056.716,27
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	1.579.822,55		1.579.822,55	679.287,25
272	Custos diferidos	10.904,29		10.904,29	24.797,96
		1.590.726,84		1.590.726,84	704.085,21
	Total de amortizações		12.606.205,00		
	Total de provisões		42.582,88		
	Total do activo	171.579.608,21	12.648.787,88	158.930.820,33	146.451.834,39

Município de Paços de Ferreira

BALANÇO

ANO : 2008

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2008	2007
	Fundos próprios		
51	Património	87.632.972,42	85.506.754,09
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais	1.076.734,48	1.076.734,48
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios	56.832,48	
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferência de activos		
59	Resultado transitados	12.123.120,28	16.563.559,23
88	Resultado líquido do exercício	4.037.483,72	-4.885.901,83
		104.927.143,38	98.261.145,97
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00
2312	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
	Dívidas a instituições de crédito	17.448.390,74	14.668.051,13
		17.448.390,74	14.668.051,13
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	1.168.005,79	1.002.440,05
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	3.806.505,62	3.506.967,68
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções	275.161,65	281.166,31
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	2.663.731,33	3.576.214,98
24	Estado e outros entes públicos	96.932,30	106.567,94
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	1.392.528,97	1.844.881,75
21102	Restituições a clientes		
223	Fornecedores por vendas a dinheiro	5.706,23	4.696,32
2618	Fornecedores Imobilizado - Facturas em recepção e c	9.114.922,66	8.624.134,48
		18.523.494,55	18.947.069,51
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	880.257,99	1.504.532,29

Município de Paços de Ferreira

BALANÇO

ANO : 2008

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2008	2007
274	Proveitos diferidos	17.151.533,67	13.071.035,49
		18.031.791,66	14.575.567,78
	Total dos fundos próprios e do passivo	158.930.820,33	146.451.834,39

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

Maria da Conceição Brancal
Presidente da Assembleia Municipal

Maria da Conceição Brancal
Presidente da Assembleia Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Doc. n.º 2, anexo 1 a que se refere a Resolução n.º 4/2001, 2ª Secção, DR II Série, n.º 191 de 18/08

Exercício 2008

Município de Paços de Ferreira

Demonstração de resultados

ANO : 2008

Código das Contas POCAL		Exercícios		
		2008		2007
Custos e Perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
	Mercadorias	0,00		0,00
	Matérias	28.707,84	28.707,84	40.208,29
62	Fornecimentos e serviços externos	5.298.789,19		5.474.292,75
641+642	Custos com o pessoal:			
	Remunerações	4.999.968,16		4.492.760,36
643 a 648	Encargos sociais	940.880,58	11.239.637,93	1.079.062,60
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	2.167.389,96	2.167.389,96	2.063.906,76
66	Amortizações do exercício	2.211.572,00		5.955.055,19
67	Provisões do exercício	6.670,37	2.218.242,37	3.091,68
65	Outros custos e perdas operacionais	138.453,88	138.453,88	35.804,91
	(A)		15.792.431,98	19.144.182,54
68	Custos e perdas financeiras	779.246,60	779.246,60	721.660,31
	(C)		16.571.678,58	19.865.842,85
69	Custos e perdas extraordinárias	2.491.842,31	2.491.842,31	5.571.949,57
	(E)		19.063.520,89	5.571.949,57
88	Resultado líquido do exercício	0,00	4.037.483,72	0,00
			23.101.004,61	20.551.890,59
Proveitos e Ganhos				
Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias	0,00		19.049,30
7112+7113	Vendas de produtos	0,00		0,00
712	Prestações de serviços	1.148.379,18		1.113.463,18
713	Rendas	1.768.047,56		991.498,88
715	Reembolsos e Anulações	-469,54		-153,71
7114	Outras Vendas	51.296,59	2.967.253,79	23.955,27
72	Impostos e taxas	7.174.324,52		7.377.581,47
	Variação da produção	0,00		0,00
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00
73	Proveitos suplementares	29.330,76		43.673,89
74	Transferências e subsídios obtidos	9.942.116,45		9.568.875,52
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	17.145.771,73	0,00
	(B)		20.113.025,52	16.990.130,88
78	Proveitos e ganhos financeiros	71.965,75	71.965,75	33.047,49
	(D)		20.184.991,27	33.047,49
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2.916.013,34	2.916.013,34	19.170.991,29
	(F)		1.380.899,30	1.380.899,30
			23.101.004,61	20.551.890,59

Resumo:

Resultados operacionais: (B)-(A);	4.320.593,54	-6.238,74
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A);	-707.280,85	-688.612,82
Resultados correntes: (D)-(C);	3.613.312,69	-694.851,56
Resultados líquido do exercício: (F)-(E).	4.037.483,72	-4.885.901,83

Orgão executivo

Em de de

Paulo Colto

José Joaquim Pinto
António Manuel Ribeiro Colto

Orgão deliberativo

Em de de

Maria da Conceição Gran Leaf

Paulo Colto
José Joaquim Pinto
António Manuel Ribeiro Colto

8

CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA



NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS

Doc. n.º 13, anexo 1 a que se refere a Resolução n.º 4/2001, 2^a Secção, DR II Série, n.º 191 de 18/08

Exercício 2008

8.2. NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2008

Nota Introdutória

A Câmara Municipal é o Órgão Executivo do Município de Paços de Ferreira, pessoa colectiva territorial, dotada de órgãos representativos (cf. Artº 237 CRP) com sede na Praça da República 4590-527 Paços de Ferreira.

As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2008, foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos fundamentais, previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

As notas que a seguir se desenvolvem respeitam a numeração definida pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, relativamente ao modelo desenvolvido.

8.2.1 – Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais, devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derrogados e dos respectivos efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados.

Neste exercício, ainda não foi possível estabelecer a coincidência dos valores do registo patrimonial (anexo ao Activo Bruto) com o acusado no Balanço Final.

Até ao fecho de contas do ano de 2008, foi possível o carregamento dos bens desde o final do ano de 2004 até ao final do ano de 2007, sendo que no decorrer do ano de 2009, serão lançados os bens relativos aos anos de 2008 e 2009, ficando assim as aplicações da Contabilidade e do Património a registar os bens patrimoniais em simultâneo.

8.2.2 – Indicação e comentário das contas de Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao exercício de 2007, indicadas nas demonstrações financeiras, como as de 2008, estão apresentadas em conformidade, com os princípios contabilísticos definidas DL n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro (ponto 3.1).

8.2.3 – Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas de Balanço e da Demonstração de Resultados, bem como os métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

a) Imobilizado Corpóreo

Os bens do activo immobilizado foram registados ao custo de aquisição (IVA incluído, por não ser dedutível).

Foi efectuada a separação de valor dos terrenos de acordo com o art.º 11º do Dec. Regulamentar n.º 2/90 de 12 Janeiro.

O immobilizado em curso passa a integrar o património quando passar para immobilizado corpóreo.

As amortizações foram efectuadas pelo Método das Quotas Constantes e as taxas máximas legalmente fixadas pelo CIBE.

b) Materiais Diversos

Os bens aprovisionáveis destinados ao consumo são registadas ao custo de aquisição (IVA incluído por não ser dedutível), através do Sistema de Inventário Intermítente.

c) Ajustamento do Valor Contabilístico das Dívidas de Terceiros.

Manteve-se o critério e o cálculo do reconhecimento dos ajustamentos de dívidas a receber de terceiros, de acordo com a sua antiguidade.

- i) Entre 6 a 12 meses – 50% do valor da dívida;
- ii) Superior a 12 meses – 100% do valor da dívida.

d) Acréscimos e Diferimentos

Em obediência ao princípio da Especialização registaram-se os respectivos acréscimos de proveitos e custos diferidos.

8.2.7. – Os movimentos ocorridos nas rubricas do Activo Immobilizado constantes do Balanço e nas respectivas amortizações e provisões, foram efectuados conforme os quadros em anexo patenteiam.

8.2.14. - Estão ainda por inventariar parte dos bens de domínio público existentes no Concelho.

8.2.16. – Designação e sede das entidades participadas com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalentes e do resultado do último exercício em cada uma das entidades, com menção desse exercício. As entidades participadas, com reporte ao exercício de 2007, são as seguintes:

GESPAÇOS – Gestão de Equipamentos Desportivos EM – Societária

Sede: Rua Capitão da Praça
4590-570 PAÇOS DE FERREIRA
Capital Próprio: 458.894,07 €
% participação : 100 %
R.L.E.: 0,00 €

ANMP – Não Societária

Sede: Av. Marnoco e Sousa, 52
3004-511 COIMBRA
Capital Próprio: 653.316,48€
R.L. E.: (110.467,53 €)

ADERSOUSA – Assoc. Desenvolv. Rural Terras Sousa – Não Societária

Sede: Mosteiro do Pombeiro
4610-637 FELGUEIRAS
Capital Próprio: 510.768,00 €
R.L.E.: 13.055,00 €

PROFISOUSA – Não Societária

Sede: Av. Dr. Nicolau Carneiro, 196
4590-512 PAÇOS DE FERREIRA
Capital Próprio: 201.043,00 €
R.L.E.: 38.765,00 €

VALSOUSA – Não Societária

Sede: Praça D. António Meireles, n.º 45
4620-130 LOUSADA
Capital Próprio: 1.289.488,74 €
R.L.E.: (478.043,36 €)

AMVS- Não Societária

Sede: Praça D. António Meireles, n.º 45
4620-130 LOUSADA
Capital Próprio: 5.983.184,90 €
R.L.E.: 1.369.207,75 €

ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S.A. – Societária

Sede: Rua de Vilar 235, 5º
4050-626 PORTO
Capital Próprio: 22.811.666,00 €
% participação: 1,17%
Valor nominal da Participação: 227.850,00 €
R.L.E.: (210.634,00 €)

CARNAGRI – Matad. Regio. Vale Sousa Baixo Tâmega, SA – Societária

Sede: Penafiel
Capital Próprio: 5.598.611,62 €
% participação: 0,84%
Parcela Detida: 55.300,00 €
R.L.E.: 60.894,98€

MUNICÍPIA – Empresa Cartografia e Sist. Informação, S.A. – Societária

Sede: Taguespark, Ed. Ciência, n.º 11-3B
2781-600 PORTO SALVO
Capital Próprio: 3.362.517,20 €
% participação: 0,77 %
Valor 24.950,00 €
R.L.E.: 257.179,06 €

PFR Invest

Sede: Rua D. João I, 36 – 1.º Esq
4590-577 PAÇOS DE FERREIRA
Capital Próprio: 600.000,00 €
% participação: 100 %
R.L.E.: 347 €

Outras Notas:

Relativamente à conta 51- Património, houve rectificação (aumento de património) relativamente aos valores das participações no capital social de algumas empresas, que ainda não tinha sido lançado no imobilizado. Também foi lançado o valor do terreno da Esquadra 12 que também não estava ainda inventariado.

Relativamente à conta 575 – Subsídios, foram lançados os subsídios para despesas correntes recebidos para os Espaços Internet.

Na conta 59- Resultados transitados, temos algumas regularizações de amortizações, para acertar o mapa do património (2007) com as amortizações acumuladas e do exercício do mapa da contabilidade.

Relativamente à conta 23- Empréstimos, houve uma reposição não abatida aos pagamentos no valor de 2.330,37€ de um pagamento não devido, efectuado pelo Município. Como o pagamento foi no ano de 2007, a rectificação teve de ser efectuada através de uma RNAP. Houve também uma rectificação de um empréstimo no valor de 1.846,99€, porque já está totalmente amortizado no banco e o Município ainda tinha este valor em dívida.

*Paulo José Teixeira
Paulo José Teixeira*